

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.556.758 - SC (2019/0233011-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : LEONARDO REIS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SC015986A
WILSON SALES BELCHIOR - SC029708
AMANDA KARINA TORRES - SC033636
AGRAVADO : ALFREDO MANOEL AMADO
ADVOGADOS : CLAITON LUIS BORK - SC009399
GLAUCO HUMBERTO BORK - SC015884

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por OI S.A., em face de acórdão assim ementado (fl. 106):

AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVISÃO NO ART. 1.021 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. IRRESIGNAÇÃO DA EMPRESA DE TELEFONIA QUANTO AO INDEFERIMENTO DO EFEITO SUSPENSIVO. PERDA DO OBJETO RECURSAL DIANTE DO JULGAMENTO COLEGIADO DO RECURSO PRINCIPAL. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. RECURSO NÃO CONHECIDO.

'Recurso prejudicado é aquele que perdeu o seu objeto.

Ocorrendo a perda do objeto, há falta superveniente de interesse recursal, impondo-se o não conhecimento do recurso. Assim, ao relator cabe julgar inadmissível o recurso por falta de interesse, ou seja, julgá-lo prejudicado' (JUNIOR, Nelson Nery. Código de processo civil comentado. 4a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999. p. 1.072).

RECURSO NÃO CONHECIDO" (Agravado n. 4010320-42.2016.8.24.0000, de Criciúma, rel. Des. Altamiro de Oliveira, Quarta Câmara de Direito Comercial, j. 9-5-2017).

Nas razões do especial, a ora agravante alega afronta aos arts. 373, I, 398, 399, III, 400, 425, V, e 524 do Código de Processo Civil/2015, bem como dissídio jurisprudencial, aduzindo que suficiente à comprovação das informações "a referida radiografia do contrato de participação financeira celebrados entre as partes, entendimento este que guarda diversos precedentes neste Tribunal" (fl. 115).

Ultrapassado o juízo de admissibilidade, passo a decidir.

Superior Tribunal de Justiça

O Tribunal de origem, ao julgar o agravo interno entendeu que o referido recurso "perdeu seu objeto, eis que a decisão unipessoal combatida, proferida de forma provisória, foi substituída pelo julgamento colegiado ocorrido, de forma antecedente, por esta Colenda Câmara" (fl. 108).

Do acima transcrito verifica-se que a matéria referente à suficiência, ou não, da radiografia apresentada não foi objeto de debate pelo acórdão recorrido. Observe-se, ainda, que a motivação pela perda de objeto e o consequente não conhecimento do agravo interno não foram combatido, não havendo similitude entre as questões discutidas no acórdão recorrido e as razões do especial. Assim, inviável o provimento do especial pela aplicação das Súmulas 282, 283 e 284/STF.

Em relação ao apontado dissídio jurisprudencial, ressalte-se que não se pode conhecer de recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, "c", da Constituição Federal se, como no caso dos autos, não estiver comprovado nos moldes dos arts. 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil/2015; e 255, parágrafos 1º e 2º, do RISTJ.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora